

A Produção do Conhecimento Geográfico

5

Ingrid Aparecida Gomes
(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2018

Ingrid Aparecida Gomes
(Organizadora)

A Produção do Conhecimento Geográfico 5

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P964 A produção do conhecimento geográfico 5 [recurso eletrônico] /
Organizadora Ingrid Aparecida Gomes. – Ponta Grossa (PR):
Atena Editora, 2018. – (A Produção do Conhecimento
Geográfico; v. 5)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-85107-82-6

DOI 10.22533/at.ed.826181211

1. Ciências agrárias. 2. Percepção espacial. 3. Pesquisa agrária
– Brasil. I. Gomes, Ingrid Aparecida. II. Série.

CDD 630

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “A Produção do Conhecimento Geográfico” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, que apresenta, em seus 14 capítulos, discussões de diferentes vertentes da Geografia física, com ênfase nos espaços geográficos.

A Geografia física engloba, atualmente, alguns dos campos mais promissores em termos de pesquisas atuais. Esta ciência geográfica estuda as diversas relações existentes (sociais, gênero, econômicas e ambientais), no desenvolvimento cultural e social, bem como suas relações com a natureza.

A percepção espacial possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades capazes de induzir mudanças de atitudes, resultando na construção de uma nova visão das relações do ser humano com o seu meio, e, portanto, gerando uma crescente demanda por profissionais atuantes nessas áreas.

A ideia moderna da Geografia física, refere-se a um processo de mudança social geral, formulada no sentido positivo e natural, temporalmente progressivo e acumulativo, segue certas regras e etapas específicas e contínuas, de suposto caráter universal. Como se tem visto, a ideia não é só o termo descritivo de um processo, e sim um artefato mensurador e normalizador das sociedades, tais discussões não apenas mais fundadas em critérios de relação de trabalho, mas também são incluídos fatores como riscos, vulnerabilidade, sustentabilidade, conservação, recuperação.

Neste sentido, este volume dedicado a Geografia física, apresenta artigos alinhados com a estudos da natureza. A importância dos estudos geográficos dessas vertentes, é notada no cerne da ciência geográfica, tendo em vista o volume de artigos publicados. Nota-se também uma preocupação dos geógrafos em desvendar a realidade dos espaços escolares.

Os organizadores da Atena Editora, agradecem especialmente os autores dos diversos capítulos apresentados, parabenizam a dedicação e esforço de cada um, os quais viabilizaram a construção dessa obra no viés da temática apresentada.

Por fim, desejamos que esta obra, fruto do esforço de muitos, seja seminal para todos que vierem a utilizá-la.

Ingrid Aparecida Gomes

SUMÁRIO

ESTUDOS DE GEOGRAFIA FÍSICA DO TERRITÓRIO

CAPÍTULO 1	1
DISCUSSÕES SOBRE A ANÁLISE ESPACIAL DA VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	
Maiara Santos Silva Elizabeth M ^a F. R. de Souza	
CAPÍTULO 2	10
“ENTRE AS ÁGUAS DO RIACHÃO”: TRAJETÓRIAS DE LUTAS, RESISTÊNCIAS E CONFLITOS AMBIENTAIS NO NORTE DE MINAS GERAIS	
Adinei Almeida Crisóstomo Rômulo Soares Barbosa	
CAPÍTULO 3	22
A USINA HIDRELÉTRICA DE ESTREITO (MA) E OS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS EM BABAÇULÂNDIA (TO)	
Súsie Fernandes Santos Silva Airton Sieben	
CAPÍTULO 4	33
AS TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE A PARTIR DA INTRODUÇÃO DO PÓLO NAVAL.	
Maristel Coelho San Martin Solismar Fraga Martins	
CAPÍTULO 5	42
DIAGNÓSTICO DAS ÁGUAS DO EMPREENDIMENTO HIDROELETTRICO FOZ DO RIO CLARO (GO)	
Pollyanna Faria Nogueira João Batista Pereira Cabral	
CAPÍTULO 6	54
DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL DO ASSENTAMENTO SANTA RITA, MUNICÍPIO DE JATAÍ (GO)	
Jordana Rezende Souza Lima Mainara da Costa Benincá Vilson Souza Queiroz Junior Hildeu Ferreira da Assunção	
CAPÍTULO 7	68
O DISCURSO SOCIOAMBIENTAL NA PRODUÇÃO DE TESES DA GEOGRAFIA BRASILEIRA	
Leandro Rafael Pinto	

CAPÍTULO 8	85
PAISAGEM E ESPAÇO: CONCEITOS-CHAVE DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA RE-SIGNIFICADOS A PARTIR DA CRÍTICA AOS PARADIGMAS DA SOCIEDADE MODERNA E OCIDENTAL COMO A DICOTOMIA ENTRE CULTURA E NATUREZA E O DISCURSO DE NARRATIVA ÚNICA ¹	
Yanci Ladeira Maria	
CAPÍTULO 9	94
ANÁLISE DA COBERTURA VEGETAL NO VARJÃO DO RIO PARANAPANEMA, MUNICÍPIO DE ROSANA-SP: UM ESTUDO PARA A CRIAÇÃO DE UM CORREDOR ECOLÓGICO ¹	
Diogo Laércio Gonçalves Messias Modesto dos Passos	
CAPÍTULO 10	105
BELO MONTE E DES-ENVOLVIMENTOS NA AMAZÔNIA	
Ivana de Oliveira Gomes e Silva Antônio Thomaz Jr. Paulo Lucas da Silva	
CAPÍTULO 11	116
GEOGRAFIA HISTÓRICA DA PAISAGEM E GEOINDICADORES DE IMPACTO NO MEIO FÍSICO NAS PCHs RIO DO PEIXE 1 E 2 (1925 - 2016)	
Edson Alves Filho Sueli Angelo Furlan	
CAPÍTULO 12	129
IMPLICAÇÕES TERRITORIAIS DA ALTERAÇÃO DO CÓDIGO FLORESTAL NO CERRADO – ESTUDO DE CASO NA BACIA DO RIBEIRÃO ÁGUA LIMPA, UBERLÂNDIA - MINAS GERAIS	
Oberdan Rafael Pugoni Lopes Santiago Gelze Serrat de Souza Campos Rodrigues	
CAPÍTULO 13	138
DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO A INDÚSTRIA DO CINEMA: IMPLICAÇÕES SOCIOESPACIAIS NO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA (SP)	
Fernanda Farias Baptista da Silva Lindon Fonseca Matias	
CAPÍTULO 14	153
UTILIZAÇÃO DE IMAGENS DE SENSORIAMENTO REMOTO E DO SISTEMA TERRAHIDRO PARA O ESTUDO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO DO MANDAGUARI, SP	
Paulo Roberto Vagula José Tadeu Garcia Tommaselli	
SOBRE A ORGANIZADORA	161

DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO A INDÚSTRIA DO CINEMA: IMPLICAÇÕES SOCIOESPACIAIS NO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA (SP)

Fernanda Farias Baptista da Silva

Instituto de Geociências, Universidade Estadual
de Campinas
Campinas – São Paulo

Lindon Fonseca Matias

Instituto de Geociências, Universidade Estadual
de Campinas
Campinas – São Paulo

RESUMO: Durante muitos anos, o município de Paulínia (SP) fez-se conhecido no contexto nacional por abrigar a maior refinaria de petróleo da Petrobras (Replan) e um dos mais importantes polos petroquímicos da América Latina. No entanto, a partir de 2005, o território paulinense ganhou nova notoriedade no país devido à arrojada iniciativa do poder público local de investir na “sétima arte” com o intuito de transformar Paulínia na “Hollywood brasileira”. Diante de tal estratégia política, o presente trabalho teve como objetivo compreender os motivos que levaram a reestruturação produtiva e a prática de uma gestão inovadora no município em questão, buscando desvelar as principais consequências que os investimentos públicos e privados direcionados à indústria cinematográfica tiveram na produção do espaço urbano e na sua lógica de apropriação pelos distintos agentes sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Produção do espaço;

Paulínia; Polo cinematográfico.

ABSTRACT: For many years, the municipality of Paulinia (SP) became known in the national context because it houses the largest petroleum refinery of Petrobras (Replan) and one of the most important petrochemical centers in Latin America. However, from 2005, the territory of Paulinia gained new notoriety in the country due to the bold initiative of local public authorities to invest in the “seventh art” with the intention of transforming Paulinia into “Brazilian Hollywood”. In the face of such political strategy, the objective of this study was to understand the reasons which led to productive restructuring and the practice of an innovative management in the municipality in question, seeking to uncover the main consequences that private and public investments directed to the film industry had on the production of urban space and its logic of appropriation by different social agents.

KEYWORDS: Production of space; Paulinia; Cinematographic Pole.

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho parte da análise do processo produtivo e da sua expressão socioespacial materializada no município de Paulínia - SP (Figura 1), o qual foi marcado pela

implantação em seu território da maior refinaria em capacidade de processamento de petróleo do Brasil (Replan – Petrobras) e pela conformação de um dos maiores polos petroquímicos da América Latina. Para atender as demandas da reprodução ampliada do capital, o espaço produzido no bojo deste cenário paulinense trouxe à luz a urbanização como o fenômeno territorial mais expressivo e a industrialização como um importante impulsionador dos processos econômicos, políticos e sociais.

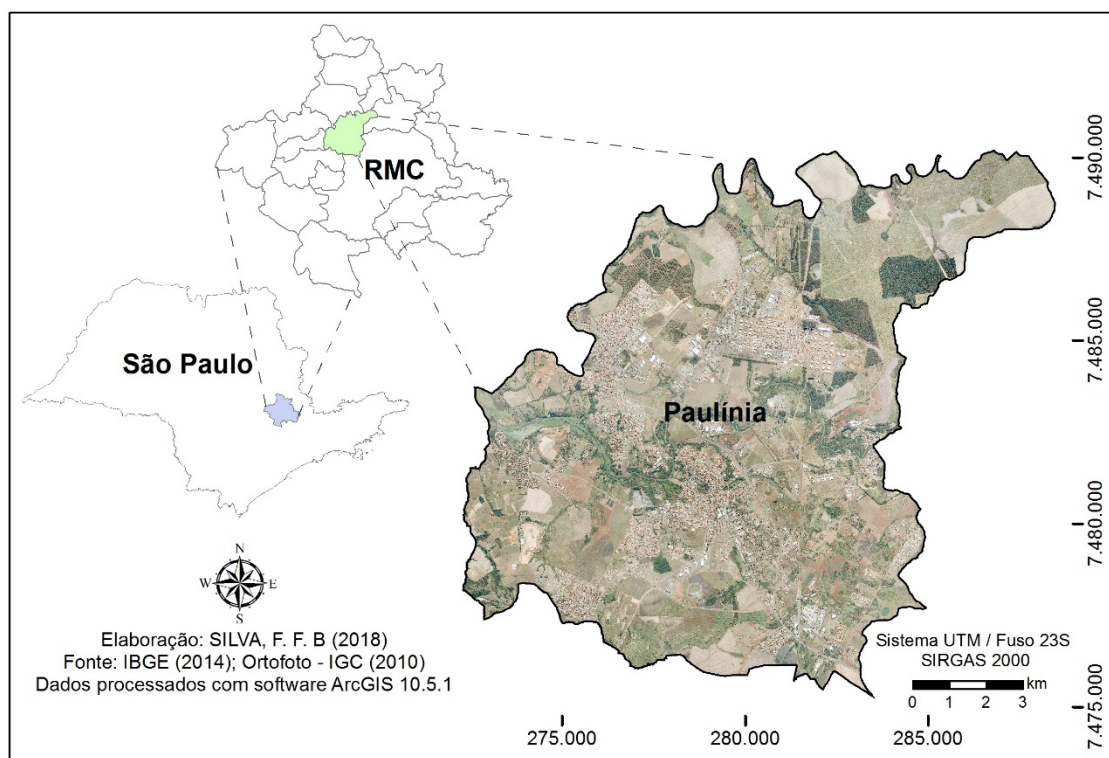


Figura 1. Localização do município de Paulínia (SP)

O complexo industrial petrolífero configurado em Paulínia vem conferindo ao município uma das mais significativas arrecadações de impostos do estado, conformando um PIB per capita que atinge valores bastante superiores à média paulista. Apesar disso, o poder público local passou a questionar a partir de 2005 a acentuada especialização produtiva relacionada ao setor de petróleo e a dimensão temporal da permanência de seus retornos financeiros, buscando então investir em novos segmentos de mercado. Nesse sentido, uma das recentes estratégias políticas adotadas em Paulínia envolve a aposta na indústria cinematográfica como uma nova atividade econômica capaz de difundir o capital, atrair novos agentes sociais e recursos.

Como parte dessa ambiciosa estratégia, vultosos investimentos foram feitos em um local da cidade, que se tornou conhecido como Centro Cultural Parque Brasil 500, em termos de infraestruturas da indústria do cinema como estúdios e cidade cenográfica, entre outros serviços de alto grau de especialização. O conjunto de atributos apresentados nesta área, que também abrange a sede administrativa municipal e equipamentos de lazer, vem acarretando na sua conversão no que pode ser chamado de nova centralidade, expressão que, neste caso, não se refere à posição

central na malha urbana, mas sim a acessibilidade facilitada pela ampla infraestrutura viária aliada a qualidade do espaço e das atividades que o ocupam.

Além da vocação e prestígio simbólico que o local apresenta, a sua vocação mercantil é explícita e dotada de intencionalidades específicas. Não se pode esquecer, dentro deste debate, que os altos investimentos públicos na indústria cultural só foram possibilitados pelas também altas arrecadações municipais provindas da indústria do petróleo. Diante do exposto, a expectativa deste trabalho é compreender as preocupações do poder público local com a dependência econômica do setor petrolífero e os reais motivos que o levaram a investir na indústria cinematográfica, revelando ainda algumas das consequências que os investimentos nesta nova atividade trouxeram ao território e à sociedade paulinense. Trata-se, assim, de desvelar as novas formas tecnológicas, ocupacionais e organizacionais que são instaladas com grande velocidade no território de Paulínia com a estratégia de diversificação econômica aliada a indústria cultural. Ocupa-se também de questionar o polo cinematográfico deste município, enquanto projeto político que traz consigo uma concepção de espaço geográfico com requintes de mercadoria sofisticada, funcionando como frente pioneira para o capital privado.

2 | DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM PAULÍNIA (SP)

Compreender o município de Paulínia sem considerar a importância que a refinaria de petróleo (Replan) assume nesta realidade é impossível. Por sua vez, para entender o contexto da implantação dessa indústria em território paulinense, é preciso remontar a meados da década de 1960, quando passou a circular no país a informação de que o governo brasileiro iria instalar uma indústria de refino no estado de São Paulo. Apesar de várias cidades terem demonstrado interesse na construção desse empreendimento em suas terras, foi em Paulínia, depois de muitas negociações, que a refinaria se estabeleceu, sendo sua construção iniciada em 1969. Naquele mesmo ano, o arquiteto Jorge Wilhelm (1969), consciente das transformações que tal iniciativa resultaria à municipalidade, declarou que o “minúsculo aglomerado na região de Campinas” (p. 276) se transformaria em cidade de porte médio em decorrência da implantação dessa indústria do setor petrolífero (Figura 2).

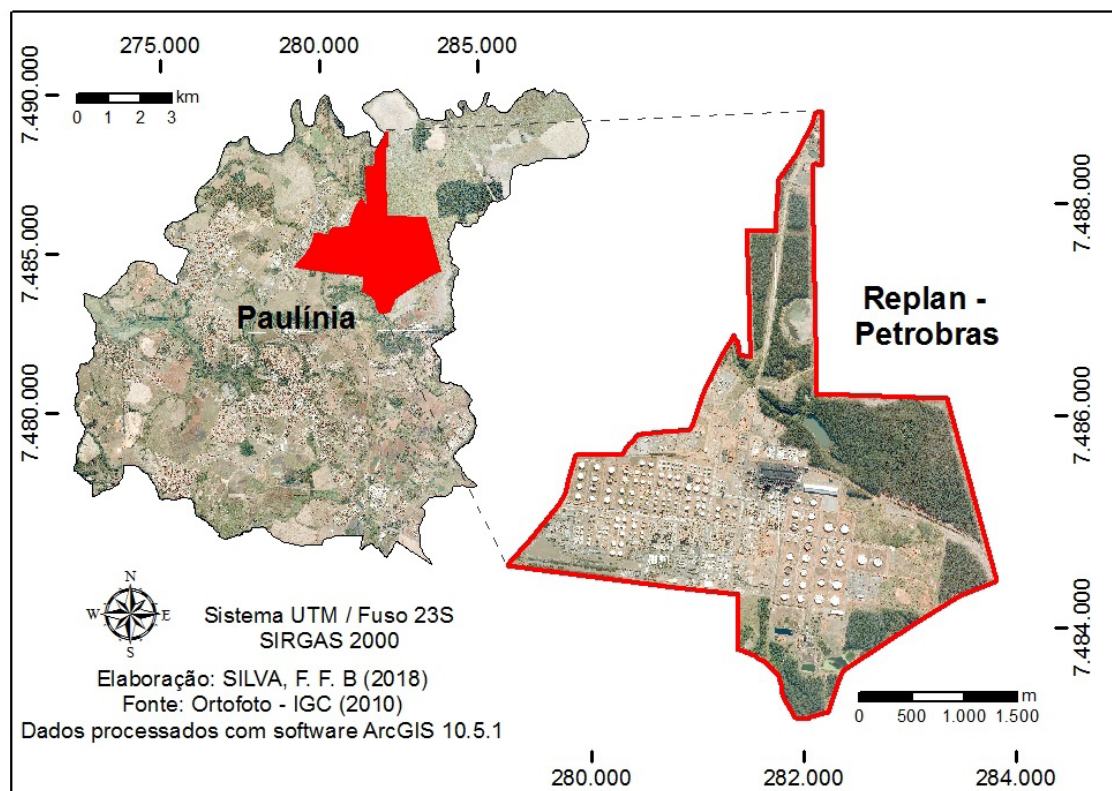


Figura 2. Localização da Replan no município de Paulínia (SP)

A preferência por este município para abrigar a refinaria, definitivamente implantada em 1972, deu-se em função do grande consumo de derivados de petróleo demandados no estado de São Paulo, da concentração do mercado consumidor, da necessidade de baratear os custos com o transporte de óleo cru, além da disponibilidade de mão de obra, de energia elétrica, de água e da conveniência da interiorização de indústrias consumidoras de matérias-primas oriundas do petróleo (BARBOSA, 1991). Outrossim, um dos fatores fundamentais nessa escolha locacional vinculou-se ao incentivo a partir de políticas públicas municipais como, por exemplo, a isenção de alguns impostos e taxas num período de dez anos e a doação do terreno para a instalação da planta da refinaria (SOARES, 2004; MARGUTI, 2008), podendo reputar o poder público local como um agente de crucial importância na condução desse plano estratégico de estruturação produtiva.

Atraídas pela Replan, pela boa infraestrutura e por incentivos tributários, empresas de alta tecnologia como a DuPont (1972), a CBI Industrial (1974), a Shell (1977) e a Galvani (1981) se instalaram em Paulínia, transformando completamente as características municipais que até então eram eminentemente agrárias. Tais transformações geraram expectativas em torno de novos postos de trabalho e possibilitaram uma diferenciação na qualidade dos serviços públicos devido à alta arrecadação municipal proveniente do parque industrial, o que atraiu um contingente expressivo de migrantes em busca de emprego e melhores condições de vida. Acompanhando esse processo de diversificação da economia e crescimento demográfico, ocorreram profundas mudanças nas formas de uso e ocupação da terra

e, em consequência, na evolução do traçado perimetral urbano, revelando claramente um aumento legal dos limites da área urbana sobre os recursos naturais.

Com o passar dos anos, a atividade industrial realizada em Paulínia, relacionada essencialmente a refinaria da Petrobras e a conformação do polo petroquímico, assume papel central no processo produtivo desta realidade tornando-se capaz de transformar estrategicamente os espaços e o conteúdo citadino, ao mesmo tempo em que a sociedade foi se metamorfoseando sob suas orientações e alterando seu ritmo de vida, suas relações, valores e demandas. No contexto paulinense, a relevância do complexo industrial em termos econômicos, políticos e sociais se torna tamanha que o poder público local acaba questionando a acentuada especialização produtiva e temendo a dependência de uma única fonte de receitas advinda do setor petroquímico. Esta conjuntura pode ser constatada a partir das palavras do ex-prefeito de Paulínia, Sr. Edson Moura (PMDB), que em entrevista à revista “Isto é Dinheiro” em 2006, declarou que “[...] com o tempo, a Replan tende a perder faturamento. Precisamos diversificar a economia local. E, se temos terreno e dinheiro, para que fazer pequeno?” (CUNHA, 2006, s/p).

Segundo Valverde (2014), esta necessidade de diversificação da economia pode ser justificada pelo fato do refino de petróleo estar se diluindo em vários pontos do território brasileiro como estratégia de desenvolvimento e devido as atuais discussões de redistribuição dos royalties e do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do petróleo no país, que poderiam acarretar em retornos financeiros diminutos em médio e longo prazo. Ademais, determinados especialistas do setor petrolífero, mencionados por Piquet (2012), salientam a importância da substituição gradual do petróleo por energias alternativas e advertem para os altíssimos passivos ambientais da indústria de refino. Cabe enfatizar, diante disso, que há uma tendência mundial, também salientada pela autora, no sentido do aumento das restrições ambientais sobre as atividades das refinarias, fazendo com que vários países imponham padrões de qualidade cada vez mais exigentes. Tais restrições têm levado refinadoras a encerrar suas produções em razão da obsolescência de seus equipamentos, adotando como estratégia de permanência no mercado as aquisições, fusões e alianças entre petroleiras.

É ainda fundamental compreender que a dependência gerada em torno do setor petrolífero – o qual envolve um recurso não-renovável, essencialmente estratégico, fortemente geopolitizado e que apresenta oscilações abruptas de preços e mercados – resulta em grande insegurança para a realidade local. Para escapar desse cenário de vulnerabilidade e não permanecer tão dependente das rendas provindas desse setor, a estratégia encontrada pelo poder público paulinense foi investir amplamente na indústria cultural, mais precisamente na indústria do cinema, através de uma série de parcerias público-privadas, com o intuito de transformar Paulínia na “Hollywood brasileira” ou “Pauliwood”.

De acordo com Power e Scott (2004), a indústria cultural revela o reflexo da

crescente convergência que está ocorrendo na sociedade moderna entre, de um lado, a ordem econômica, e de outro, os sistemas de expressão cultural. Teobaldo (2010) também alerta para a confluência entre o capital e a cultura, advertindo para o fato de que esta última, muitas vezes, aparece apenas como um chamariz dentro da lógica mercadológica, que transcorre ao lado de políticas de mudança e renovação do espaço urbano, além da venda da imagem local como um produto transnacional mesmo que esta localidade não esteja inserida no circuito econômico mundial, como pode ser visto no caso paulinense.

A convergência indicada pelos autores pode ser notada nas palavras do ex-Secretário de Cultura de Paulínia, Sr. Emerson Alves, que declarou que o investimento no setor cultural compreende uma relevante oportunidade para o município desenvolver as condições adequadas para atrair e ampliar novos negócios, tanto em setores que estão vinculados diretamente à projetos culturais de arte, direção, cenários, entre outros, mas principalmente, em setores que são intensivos em mão-de-obra e que apresentam elevado valor agregado, como produtoras, hotéis, restaurantes, agências de propagandas etc. (SCP, 2009). Entre os diversos segmentos da cultura, a escolha por investir especialmente no setor cinematográfico não foi aleatória, como afirma o Sr. Albert Moreira, ex-diretor do Departamento de Cinema de Paulínia: “Fizemos um estudo e constatamos que o cinema é o segmento de mercado com o maior retorno financeiro” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2009, s/p).

Foi a partir dessa pretensão do poder público local em investir na sétima arte que surgiu o Projeto “Paulínia Magia do Cinema”, idealizado pela administração municipal em 2005 e oficializado no ano seguinte pela Lei nº 2.842 que dispõe sobre a criação do “Parque do Cinema e das Comunicações” junto ao Complexo Rodoviária-Shopping, em localidade que ficou conhecida como Centro Cultural Parque Brasil 500 (CMP, 2006b). No Plano Diretor estabelecido pela Lei nº 2.852 de 2006, mais especificamente na Seção V da Cultura e na Seção VI do Turismo, ficam claras as intenções de implantar o polo cinematográfico em terras municipais, desenvolver e ampliar as ofertas turísticas para diversos segmentos entre os quais o cinematográfico e otimizar a utilização do centro cultural mencionado (CMP, 2006c).

Este projeto ousado e pouco comum no Brasil, também foi regulamentado pela Lei nº 2.837 de 2006 que criou o Fundo Municipal da Cultura (FMC) e estabeleceu uma taxa de até 10% para renúncia fiscal das receitas oriundas do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU). Esta medida tinha como objetivo fomentar e canalizar recursos para o setor cultural, na tentativa de direcionar para Paulínia novos investimentos, estimular a produção de obras audiovisuais e projetos culturais no município, gerar empregos diretos e indiretos ligados ao setor de cinema, capacitar a mão-de-obra local para os serviços vinculados à agenda cinematográfica, promover o turismo e difundir a indústria do cinema paulinense tanto nacional como internacionalmente. Ainda de acordo com esta legislação, estipulou-se que os recursos recebidos pelos produtores

culturais sob a forma de Mecenato Subsidiado poderiam ser utilizados para aquisição de bens materiais e serviços de outras localidades, desde que 40% desses recursos fossem de fato investidos no município de Paulínia (CMP, 2006a).

No mesmo ano em que foram promulgadas as legislações citadas e que se podia constatar o deslumbramento com este novo segmento de mercado, o total recolhido em Paulínia com o ICMS foi de R\$ 21,7 bilhões, dos quais 64% correspondiam à arrecadação com a Replan. Ainda neste período, conforme apontam os dados do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), Paulínia chegou ao topo da lista dos maiores valores de receita tributária per capita municipal atingindo o montante de R\$ 9.973,00 (WASSAL, 2011). Frente aos orçamentos municipais fartos e diante do intuito de tornar Paulínia o principal polo cinematográfico do país, o poder público local realizou um investimento significativo, no valor de aproximadamente 500 milhões de reais, na construção de diversos equipamentos localizados em sua maior parte no Centro Cultural Parque Brasil 500 como: cidade cenográfica; estúdios; Escola Magia do Cinema; Paulínia Stop Motion; escritórios temporários; salas de programação, animação e efeitos especiais; Teatro Municipal de Paulínia com capacidade para 1.350 pessoas que pode ser transformado em sala de cinema (Figura 3) (PMP, 2012).

De acordo com o Sr. Albert Moreira, a prefeitura também investiu até 2011 cerca de R\$ 25 milhões por ano no setor cultural, os quais foram distribuídos para a produção de diversos longas-metragens, destacando-se “Jean Charles” (2009) de Henrique Goldman, “Salve Geral” (2009) de Sergio Rezende, “Chico Xavier” (2010) de Daniel Filho, “Tropa de Elite 2” (2010) de José Padilha e “O palhaço” (2011) de Selton Melo. Diante do volume de recursos e projetos apoiados pelas iniciativas de fomento à produção audiovisual, ocorreram no município de Paulínia nos anos de 2008 a 2011, importantes festivais de cinema que tiveram boa repercussão e participação, já que em sua primeira edição pode contar com um público de 16.000 pessoas e na segunda com o dobro de espectadores que presenciaram atrações culturais e a entrega de prêmios do cinema nacional (PACHECO, 2009; WASSAL, 2011).

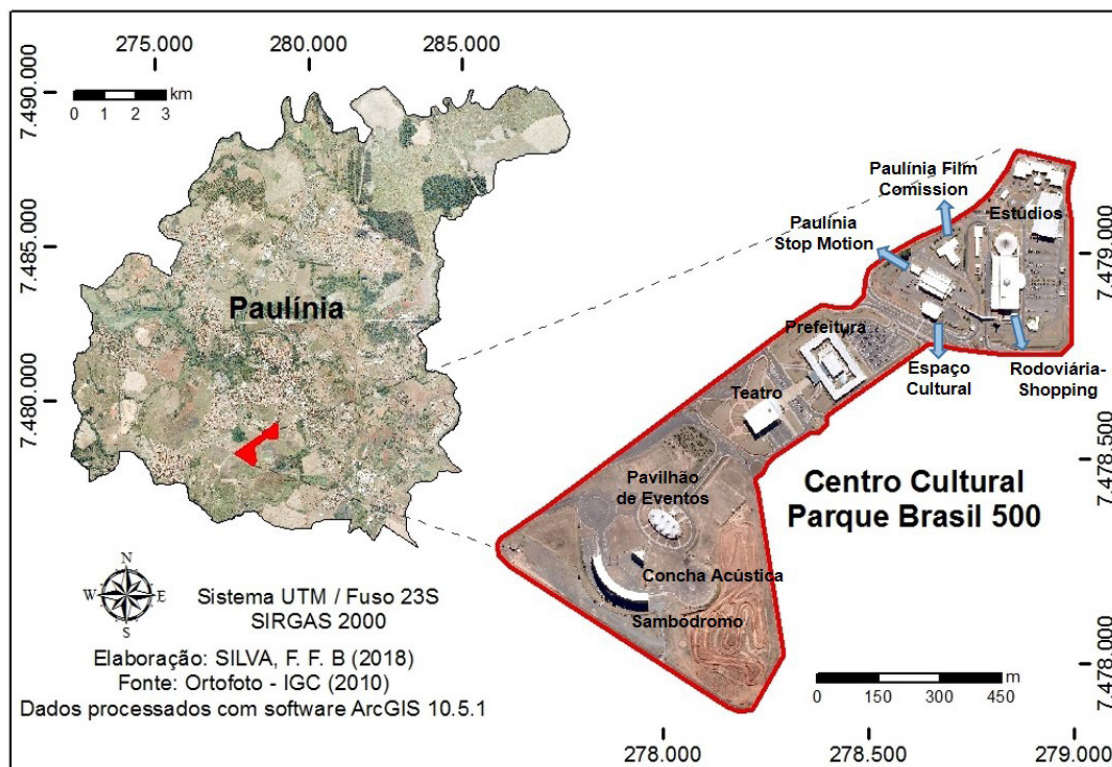


Figura 3. Equipamentos localizados no Centro Cultural Parque Brasil 500

Isto posto, ficam evidentes os diversos instrumentos que foram mobilizados tanto pelos agentes públicos, a exemplo dos equipamentos, das contratações de mão-de-obra, da realização de editais e financiamento de produções cinematográficas, quanto pelos agentes privados, como os recursos voltados a organização, premiação e participação dos festivais, tendo por finalidade consolidar a agenda cultural paulinense (VALVERDE, 2014). Este tipo de parceria público-privada, na qual os poderes públicos locais se utilizam de diferentes meios para atrair financiamentos, investimentos externos ou fontes geradoras de empregos, manifesta-se uma das principais características do novo empresariamento urbano descrito por David Harvey (1996).

Como bem lembra este autor, uma das opções básicas para essa forma de empresariamento está relacionada a estratégia de renovação urbana aliada a criação de atrativos de consumo e entretenimento para fazer com que a cidade pareça um lugar inovador, criativo, excitante e seguro para visitar, viver e consumir. Nesta conjuntura, a ênfase no turismo, na produção de espetáculos e na promoção de eventos culturais numa determinada localidade têm se revelado um dos “remédios” favoritos para reverter a espiral descendente da estagnação econômica em cidades interioranas e assim aumentar suas chances no jogo da competitividade interurbana. No entanto, Harvey (1996) acrescenta que este tipo de investimento urbano *constitui* um projeto de alto risco que pode facilmente falir em tempos difíceis e, desse modo, agravar os problemas do superinvestimento para os quais tende sempre o capitalismo. Logo, o autor adverte que por mais que essas facetas do consumo conspícuo prefigure um paliativo imediato, frente as questões econômicas, políticas e sociais locais, seu triunfo muitas vezes é efêmero e discutível.

A efemeridade deste “bom clima local de negócios” cabe perfeitamente no cenário paulinense, onde apesar do sucesso dos festivais de cinema, das produções de filmes de grande êxito comercial e da qualidade da estrutura técnica, o polo de cinema de Paulínia apresenta diversas dificuldades que foram elencadas por Valverde (2014) como: a curta temporalidade das produções cinematográficas, as lacunas na agenda cultural, os poucos empregos gerados de maneira permanente, a subutilização dos equipamentos, a forte dependência dos editais e recursos públicos, sem contar a tímida mobilização dos agentes econômicos municipais que reflete tanto a sua falta de tradição empreendedora quanto o desconhecimento técnico no ramo.

Ademais, Wassal (2011) destaca que a própria instalação do conjunto de edifícios voltados ao setor de cinema no Centro Cultural Parque Brasil 500, não propicia a conformação de um espaço público de qualidade e tampouco contribui para uma mistura de usos que possa induzir a maior permanência das pessoas no local. A autora ainda afirma que não se pode considerar que há vida urbana nesta nova centralidade paulinense, pois os moradores a frequentam em momentos pré-determinados e esporádicos. Não há, portanto, apropriação do espaço pela sociedade, já que este não permite o encontro e “forja” uma identidade local que ainda não foi plenamente incorporada pelos habitantes.

Tal fato foi verificado no estudo de Pacheco (2009) que concluiu, em entrevista realizada em caráter amostral com os moradores de Paulínia, que a informação e o interesse pela indústria e pelo consumo da cultura cinematográfica ainda não fazem parte do dia-a-dia dos paulinenses. A pesquisa também demonstra que as atividades realizadas no polo cinematográfico não atingem, sobretudo, a população de mais baixa renda, a qual acredita que o que está sendo oferecido no centro cultural não é para sua apreciação. Cria-se, dessa forma, um verdadeiro paradoxo entre o valor de uso que o lugar e seus equipamentos têm para os moradores e o valor de troca com que eles se apresentam para os que estão interessados em investir e extrair privilégios econômicos, como bem apontam Arantes, Vainer e Maricato (2011).

Além dessas controvérsias, as críticas ao setor cinematográfico foram se tornando progressivamente contundentes na medida em que o retorno dos altos investimentos públicos se mostrava cada vez mais irregular e questionável, somado ao fato de que a mobilização da iniciativa privada não parecia acompanhar o ritmo dos recursos retirados dos cofres da prefeitura. A partir de 2011, quando o crescimento do ICMS começou a diminuir, os editais públicos de cinema tiveram seus orçamentos reduzidos ou simplesmente não lançados (VALVERDE, 2014). Frente a um recolhimento de impostos mais modesto e à relativa rigidez dos compromissos orçamentários públicos, com os setores de saúde e educação, por exemplo, observou-se uma incontestável fragilidade estrutural das políticas culturais no que diz respeito à sua continuidade (MORAES, 2012).

Com a mudança de gestão na prefeitura de Paulínia, o polo cinematográfico ficou claramente sujeito as intervenções políticas e a alternância de poder, de tal forma que

em 2012, o então prefeito o Sr. José Pavan Júnior (DEM/PSB) anunciou o cancelamento da quinta edição do festival de cinema, alegando essa necessidade à realização de alguns cortes no orçamento público e a baixa captação de recursos relacionados à crise econômica internacional que atingiu o polo petroquímico (GONÇALVES, 2012). Em 2013 os moradores de Paulínia relataram a situação de descaso encontrada no centro cultural, alertando para o não funcionamento da escola de cinema e dos estúdios, além da falta de uso de materiais caros de produção audiovisual que haviam sido adquiridos pela prefeitura e do abandono e depredação dos equipamentos urbanos (G1 GLOBO, 2013), como revela a figura 4. Atualmente em Paulínia, com a eleição como prefeito do Sr. Dixon Carvalho (PP) em janeiro de 2017, criou-se uma expectativa diante da promessa de reativação da indústria cinematográfica, com a atração de recursos da iniciativa privada e busca de leis de incentivo à Cultura (MEDEIROS, 2017).



Figura 4. Espaço gastronômico localizado no Centro Cultural Parque Brasil 500

Fonte: Silva, F. F. B. (abril, 2013)

Cabe aqui a ressalva de Vitte (2003) sobre a importância de compreender as nuances da política pública no nível local para que se alcance o correto entendimento da materialização das suas estratégias no espaço e no ambiente construído, que resultam em transformações em seus conteúdos e significados. Sem dúvida, no caso de Paulínia, os maciços investimentos públicos e privados direcionados ao Centro Cultural Parque Brasil 500, que configuraram grandes trabalhos de remodelação deste espaço, alteraram profundamente as suas formas de uso e ocupação da terra e as distintas possibilidades de ações dos agentes sociais em sua produção. Se antes grandes parcelas de terra nesta nova centralidade de Paulínia eram destinadas ao cultivo de cana-de-açúcar, hoje se concretizam, nesta área, espaços destinados a supermercado, shopping, rodoviária, hotel, novos loteamentos, empreendimentos fechados horizontais, condomínios verticais, entre outros, revelando que “[...] as grandes obras públicas de redesenho da cidade funcionam como territórios reconquistados ou frentes pioneiras para o capital imobiliário” (ROLNIK, 2012, p. 70).

Como exemplo desta dinâmica, estudo realizado por Farias (2014) revela que houve entre os anos de 2002 a 2012 (Figura 5) um visível deslocamento dos maiores preços médios por m² dos terrenos, que antes se encontravam na área central tradicional de Paulínia, mormente no bairro Nova Paulínia, e atualmente passam a ser constatados nos bairros próximos ao Centro Cultural Parque Brasil 500. Por meio dessa redefinição da “centralidade” urbana, verifica-se nas imediações do Centro Cultural, um novo arranjo espacial que responde aos interesses das classes mais abastadas e que demonstra novas estratégias de incorporação aliada a um mercado de terras restritivo e especulativo.

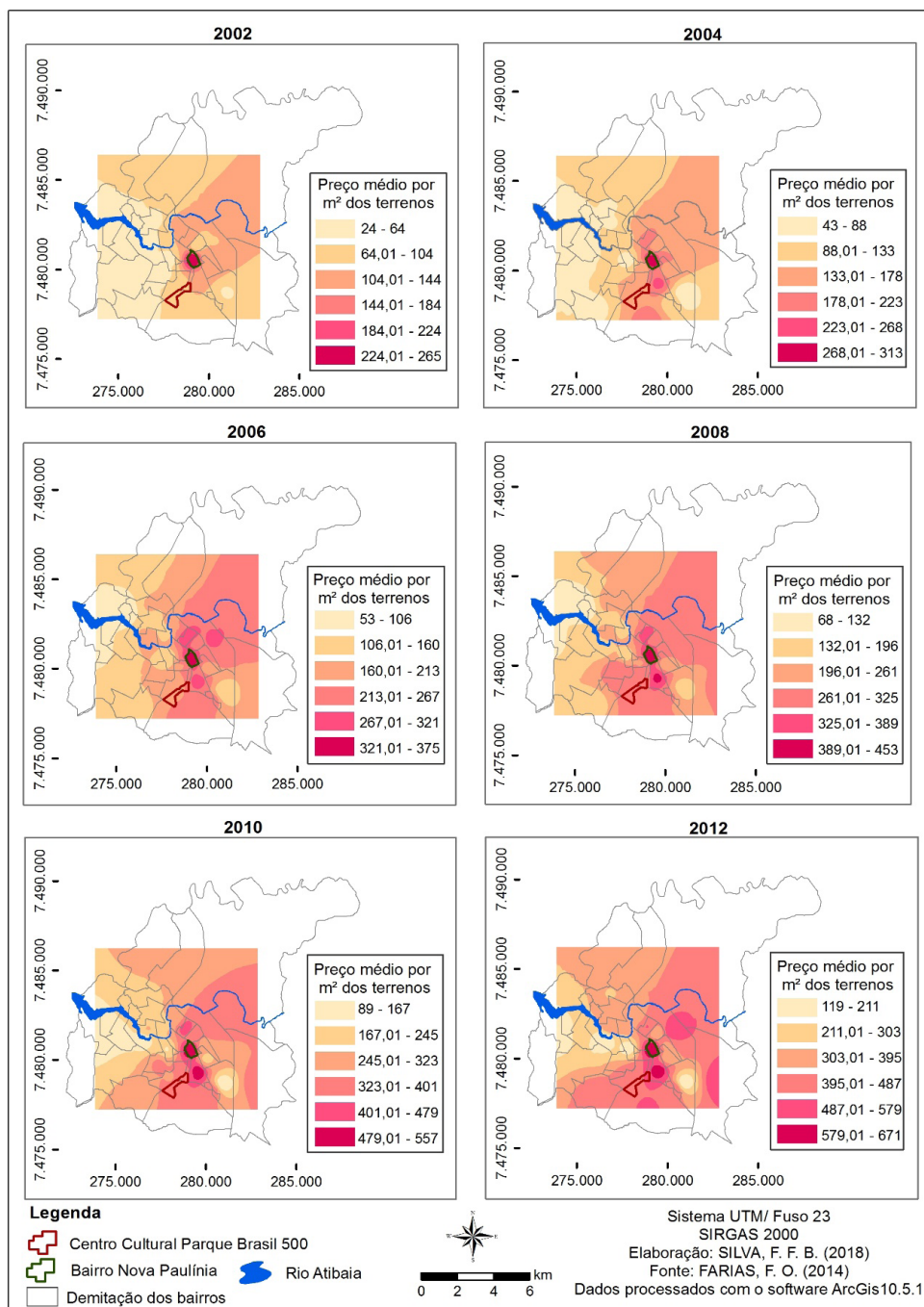


Figura 5. Preço médio em R\$ dos terrenos em Paulínia (SP) – 2002/2012

Este fato vai ao encontro da declaração de Sposito (2012), a qual salienta que no

espaço intraurbano o poder público direciona seus investimentos em bens e serviços coletivos exatamente para os locais da cidade onde já se encontram os segmentos populacionais de maior renda ou para as localidades que poderão ser vendidas e ocupadas por estes segmentos, uma vez que as áreas precisam ser valorizadas. No caso de Paulínia, o conjunto dos acontecimentos revela que a seletividade de investimentos na área do Centro Cultural Parque Brasil 500 favoreceu a reprodução de acumulação do capital, atraindo para esta localidade as atividades e as residências mais privilegiadas e implicando na sua valorização. Ao mesmo tempo em que isso ocorre, instala-se uma nova ruptura no território, que pode levar ao esquecimento e a menor atenção à cidade da maioria, em especial as zonas mais carentes e desfavorecidas. Portanto, conforme argumenta Barata Salgueiro (1998), impera sobre o uso da terra a normativa de que todo o processo de planejamento e ações desencadeadas ou mesmo impulsionadas pelo Estado acarretam em importantes consequências no processo de valorização e desvalorização relativa dos lugares, o que sequencialmente afeta a posição ocupada pelos agentes e grupos sociais, assim como pelas atividades, dentro do espaço urbano.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como ressalta Lojkine (1995), a esfera das informações, seja ela qual for, vem se traduzindo por grandes investimentos que estão se transformando num expressivo setor industrial, que apresenta altos custos de operação, lógica financeira e lucros relevantes. O polo cinematográfico de Paulínia revela-se exatamente neste momento em que a cultura se transformou na mercadoria fundamental do capitalismo tardio. À vista disso, ocorreu uma nítida orientação do poder público local no sentido de oferecer atrativos através da inovação cultural, sobretudo ligados a sétima arte, para trazer novos capitais ao território paulinense e diversificar a economia local. Apesar dessa política ter criado uma série de pré-condições para que ocorressem investimentos lucrativos no setor cinematográfico, a economia de Paulínia ainda se encontra muito dependente das receitas advindas do polo petroquímico, uma vez que o segmento da cultura ainda não se revela sustentável e se apresenta fortemente vulnerável a mudanças político-partidárias.

Independente do desempenho da indústria do cinema implantada em grande parte no Centro Cultural Parque Brasil 500, fato é que houve uma tentativa de se construir um imaginário físico e social para esta cidade com um propósito competitivo, que gerou mudanças profundas na produção do espaço urbano. Estas mudanças tiveram um caráter bastante especulativo que, segundo Harvey (1996), deriva simplesmente da impossibilidade de previsão sobre as medidas de investimentos que terão êxito ou não em um mundo de instabilidade e volatilidade econômica constante. A especulação em torno dos investimentos urbanos em Paulínia levou a produção

de uma nova centralidade valorizada em termos econômicos e simbólicos. Ao refletir sobre esta realidade é imprescindível reconhecer o Estado no nível local como um agente de suma relevância na produção e organização do espaço, por meio de seus planos estratégicos e das diversas políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (org). **A cidade do pensamento único: desmanchando consenso**. 6 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2011.

BARATA SALGUEIRO, T. **Globalização e reestruturação urbana**. Série Monografia. Lisboa: Centro de Estudos de Lisboa, 1998.

BARBOSA, S. R. da C. S. G. **Industrialização, ambiente e condições de vida em Paulínia, SP: as representações de qualidade ambiental e saúde para médicos e pacientes**. 1990. 229 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1991.

CÂMARA MUNICIPAL DE PAULÍNIA - CMP. **Lei nº 2837, de 18 de dezembro de 2006**. Dispõe sobre a renúncia fiscal para o fomento à cultura, cria o Fundo Municipal da Cultura - FMC no município de Paulínia e dá outras providências. Paulínia, 18 dez. 2006a. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/p/paulinia/lei-ordinaria/2006/284/2837/lei-ordinaria-n-2837-2006-dispoe-sobre-a-renuncia-fiscal-para-o-fomento-a-cultura-cria-o-fundo-municipal-da-cultura-fmc-no-municipio-de-paulinia-e-da-outras-providencias?q=Lei+no+2837+>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

_____. **Lei nº 2842, de 21 de dezembro de 2006**. Dispõe sobre a criação do Parque do Cinema e das Comunicações no Município de Paulínia e dá outras providências. Paulínia, 21 dez. 2006b. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/p/paulinia/lei-ordinaria/2006/284/2842/lei-ordinaria-n-2842-2006-dispoe-sobre-a-criacao-do-parque-do-cinema-e-das-comunicacoes-no-municipio-de-paulinia-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

_____. **Lei nº 2852, de 22 de dezembro de 2006**. Institui o Plano Diretor do Município de Paulínia. Paulínia, 22 dez. 2006c. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/p/paulinia/lei-ordinaria/2006/286/2852/lei-ordinaria-n-2852-2006-institui-o-plano-diretor-do-municipio-de-paulinia?q=Lei%20Ordin%20ria%20no%202852>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

CUNHA, L. Paulínia, a Hollywood brasileira. **Isto é Dinheiro**. São Paulo, n. 4, 19 jul. 2006. Disponível em: <<http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/negocios/20060719/paulinia-hollywood-brasileira/13766>>. Acesso em: 06 jul. 2012.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Polo cinematográfico de Paulínia. Cinema forjado a barris de petróleo. **Diário de Pernambuco**. Caderno Viver, jul. 2009.

FARIAS, F. O. **Análise da dinâmica de valorização diferencial da terra urbana na cidade de Paulínia (SP)**. 2014. 170 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, 2014.

G1 GLOBO. Polo de Cinema de Paulínia que custou R\$ 490 milhões está parado. **G1 Campinas e Região**. 02 de mai. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2013/05/polo-de-cinema-de-paulinia-que-custou-r-490-milhoes-esta-parado.html>> Acesso em: 15 out. 2016.

GONÇALVES, T. Redução na Cultura gera dúvidas ao futuro do polo de cinema de Paulínia. **G1 Campinas e Região**. 20 de abr. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2012/04/reducao-na-cultura-gera-duvidas-ao-futuro-do-polo-de-cinema-de-paulinia.html>> Acesso em: 06 jul. 2012.

- HARVEY, D. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço & Debates**. São Paulo, n. 39, p. 48-64, 1996.
- LOJKINE, J. **A Revolução Informacional**. São Paulo: Ed. Cortez, 1995.
- MARGUTI, B. O. **Geoprocessamento aplicado à identificação, mapeamento e caracterização das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) no município de Paulínia (SP)**. 2008. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, 2008.
- MEDEIROS, D. Paulínia busca parceiros no Polo Cinematográfico. **Correio popular**. Campinas, jan. 2017. Disponível em: <http://correio.rac.com.br/_conteudo/2017/01/campinas_e_rmc/465938paulinia-busca-parceiros-no-polo-cinematografico.html>. Acesso em: 09 mar. 2017.
- MORAES, J. L. Cultura e transformação urbana: avaliando o caso de Paulínia (Parte 2). **Informações FIPE**, São Paulo, p. 43-45, mar. 2012.
- PACHECO, C. C. de C. **Paulínia: investimento público em cinema como propulsor cultural, social e econômico**. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-graduação em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos) – Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação/CELACC, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2009. Disponível em: <<https://paineira.usp.br/celacc/sites/default/files/media/tcc/155-511-1-SM.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2012.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA - PMP. **Polo Cinematográfico de Paulínia**. Disponível em: <<http://www.paulinia.sp.gov.br/secretarias.aspx?id=29&Titulo=Polo>>. Acesso em: 06 jul. 2012.
- PIQUET, R. Petróleo e desenvolvimento regional no Brasil. In: MONIÉ, F.; BINSZTOK, J. (Orgs.). **Geografia e geopolítica do petróleo**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012. p. 201-235.
- POWER, D.; SCOTT, A. J. **Cultural industries and the production of culture**. London: Routledge, 2004.
- ROLNIK, R. **O que é cidade**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- SECRETARIA DE CULTURA DE PAULÍNIA – SCP. **Cultura presta contas**: Primeira audiência pública do Fundo Municipal de Cultura. Paulínia, 2009.
- SOARES, M. T. M. **O impacto da industrialização no sistema educacional de municípios agrários**: a trajetória de Paulínia. 2004. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2004.
- SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. 16. ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- TEOBALDO, I. N. C. A cidade espetáculo: efeito da globalização. **Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP**. vol. XX, p.137-148, 2010. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8791.pdf>> Acesso em: 13 mai. 2016.
- VALVERDE, R. R. H. F. A territorialização do Polo Cinematográfico de Paulínia, São Paulo. **Mercator**, Fortaleza, v. 13, n. 3, p. 37-47, set./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewArticle/932>>. Acesso em: 03 fev. 2017.
- VITTE, C. C. S. Inovações e permanências na gestão de cidades e na gestão do desenvolvimento local no Brasil: novas tradições, novos conteúdos? In: CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G. (Orgs.). **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 232-243.

WASSAL, L. J. **Urbanização descontínua: fronteiras e novas centralidades. Estudo de caso no município de Paulínia/SP**. 2011. 146 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2011.

WILHEIM, J. Paulínia, uma cidade nova. In: WILHEIM, J. **Urbanismo no subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1969.

